

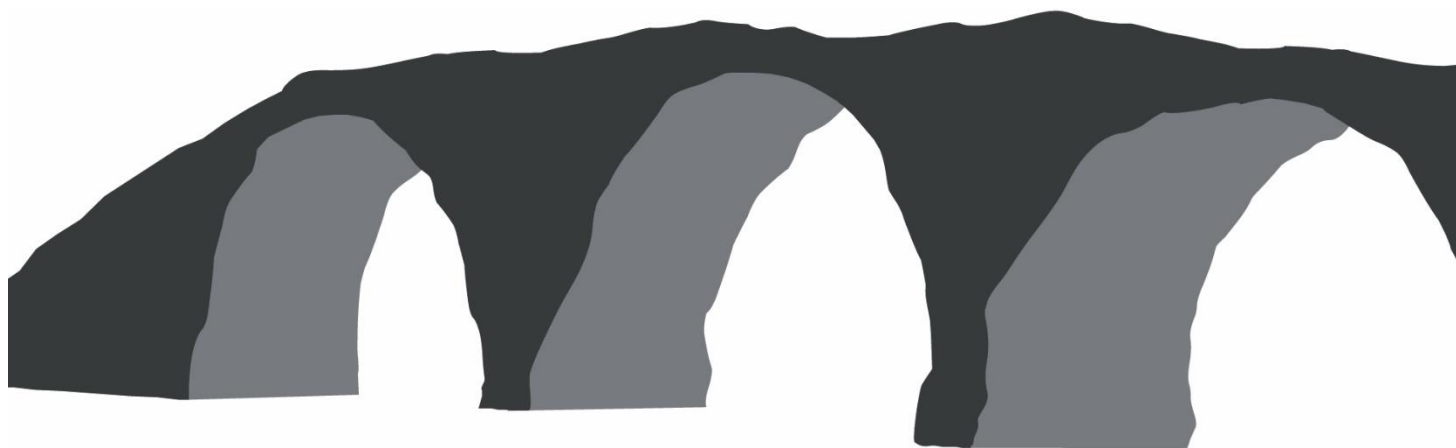
VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 18 | Número 1 | Janeiro – Junho 2024
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

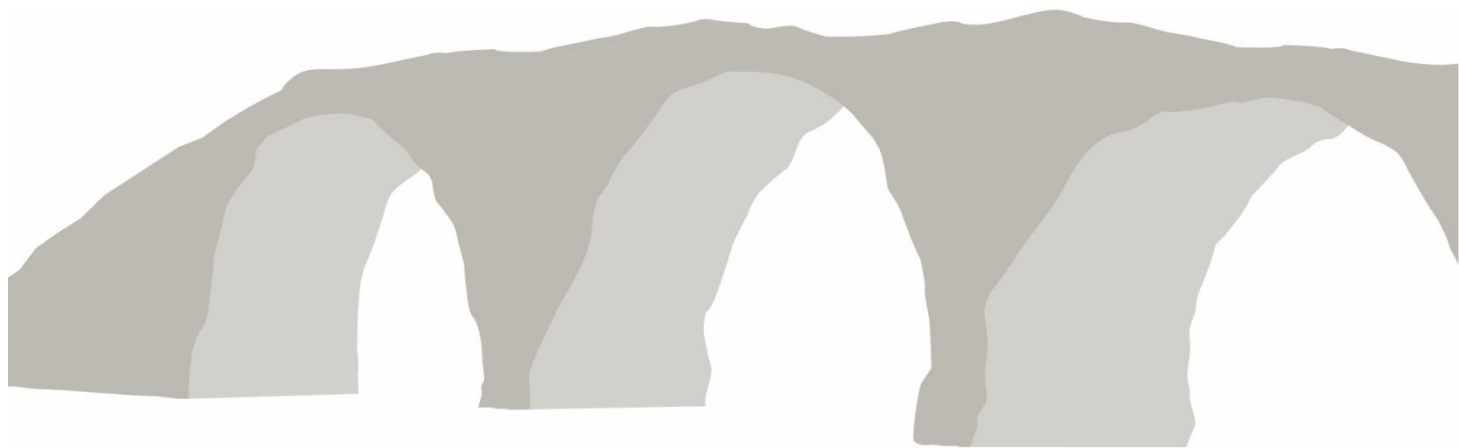
**JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO
SOLAR DOS FERREIRAS, CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)**

**VENTANAS ABIERTAS, PUERTAS CERRADAS: TECNOLOGÍAS VISUALES,
CONTROL SOCIAL Y CIRCULACIONES EN EL ANTIGUO SOLAR DOS
FERREIRAS, CAMPANHA/MINAS GERAIS (SIGLO XIX)**

**OPENED WINDOWS, CLOSED DOORS: VISUAL TECHNOLOGIES, SOCIAL
CONTROL AND HIDDEN ROUTES IN THE OLD SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MINAS GERAIS (19TH CENTURY)**

Leonardo Lopes Villaça Klink





Submetido em 04/09/2023.

Revisado em: 25/10/2023.

Aceito em: 27/10/2023.

Publicado em 29/01/2024.

**JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO
SOLAR DOS FERREIRAS, CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)**

**VENTANAS ABIERTAS, PUERTAS CERRADAS: TECNOLOGÍAS VISUALES,
CONTROL SOCIAL Y CIRCULACIONES EN EL ANTIGUO SOLAR DOS
FERREIRAS, CAMPANHA/MINAS GERAIS (SIGLO XIX)**

**OPENED WINDOWS, CLOSED DOORS: VISUAL TECHNOLOGIES, SOCIAL
CONTROL AND HIDDEN ROUTES IN THE OLD SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MINAS GERAIS (19TH CENTURY)**

Leonardo Lopes Villaça Klink¹

RESUMO

Muito pouco ainda se sabe sobre como se desenrolaram as relações espaciais entre senhores e escravizados nas unidades domésticas situadas no Sul de Minas Gerais. Com este artigo, focalizo meu interesse nas possíveis tecnologias visuais e espaciais amparadas nos vãos de um sobrado urbano edificado em Campanha/MG na primeira metade do século XIX, atualmente em estado de ruínas. Com a aplicação de metodologias tradicionais da Teoria da Sintaxe Espacial e uma nova proposta à leitura das espacialidades visuais e dos postos de vigilâncias, me interesso pelas estratégias senhoriais às censuras de circulação de escravizados, as quais puderam paralelamente ter favorecido a remodelação de alguns aspectos de suas vidas como também atos de resistências norteados pelas movimentações discretas em meio a alguns espaços.

Palavras-chave: Arqueologia da arquitetura, arqueologia urbana, Solar dos Ferreiras, tecnologias visuais.

¹ Doutorando e mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/UFGM). Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte/MG, Brasil. E-mail: leonardoklink@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7932-5446>.

Este artigo corresponde a um desdobramento temático da minha pesquisa de Mestrado, a qual foi amparada parcialmente pelo financiamento da CAPES.

RESUMEN

Se sabe muy poco sobre cómo se desarrollaron las relaciones espaciales entre amos y esclavos en las unidades domésticas en el Sur de Minas Gerais. En este artículo, centré mi atención en las posibles tecnologías visuales y espaciales soportadas por los vanos de una casa urbana construida en Campanha (Minas Gerais) en la primera mitad del siglo XIX, actualmente en estado de ruinas. Con la aplicación de metodologías tradicionales de la Teoría de la Sintaxis Espacial y una nueva propuesta de lectura de las espacialidades visuales y puestos de vigilancia, me interesan las estrategias en la censura de la circulación de esclavos, que podrían haber favorecido la remodelación de algunos aspectos de sus vidas, así como actos de resistencia guiados por discretos movimientos, más concretamente en el patio trasero y en las dependencias de los esclavos.

Palabras clave: Arqueología de la arquitectura, arqueología urbana, Solar dos Ferreiras, tecnologías visuales.

ABSTRACT

Very little is known about how the spatial relationships between masters and slaves unfolded in domestic units located in the Southern region of Minas Gerais. In this article, I focus my interest on the possible visual and spatial technologies supported by the doors and windows of an urban townhouse built in Campanha (Minas Gerais), in the first half of the 19th century, since 1996 in ruins. With the application of traditional methodologies of the Space Syntax Theory and a new proposal for the reading of visual spatialities and the surveillance points, I'm interested in the strategic manorial censorship of the circulation of enslaved people, which could in parallel favor the remodeling of some aspects of their lives as well as acts of resistance guided by hidden movements in some of the spaces, like the yard and the slave quarters.

Keywords: Archaeology of architecture, urban archaeology, Solar dos Ferreiras, visual technologies.

INTRODUÇÃO

As janelas estão entre os elementos arquitetônicos de maiores interações cotidianas. Seja nas ruas delimitadas pelas fachadas de casas e de prédios ou nas avenidas mais largas, as janelas se espalham ao longo das estruturas mais singelas aos maiores edifícios. Estas aberturas permitem a entrada da ventilação, da luminosidade natural e artificial, o trânsito de olhares, a segurança, a proteção das intempéries, o conforto, o deslocamento de objetos e mesmo de pessoas, algo mais atípico. Portanto, as janelas conectam sobretudo espaços e definem relações a serem perpetuadas entre eles.

A etimologia da palavra janela se relaciona a Jano (Janus), divindade masculina romana associada enquanto guardião do universo, das entradas e saídas, dos começos, das transições e dos términos. O aspecto de suas duas faces voltadas para direções opostas era precisamente o que simbolizava a vigilância das temporalidades do passado (para trás) e do futuro (para frente) (Jorge, 1995, p. 21-23). Já no latim, a palavra “janua” e seu diminutivo “januella” designam porta, passagem, entrada ou acesso (Jorge, 1995, p. 21).

Além da semelhança morfológica de ambas as aberturas, as janelas não se tratam de meras reduções das portas, seja no quesito quantitativo ou no qualitativo. Se a porta permite e nega acessos e circulações dos corpos entre os espaços, quando abertas, as janelas são elementos que enquadram os olhares, os corpos debruçados nos peitoris e as paisagens, possibilitando sociabilidades entre o “dentro” e o “fora”. Já quando fechadas ou entreabertas, podem oportunizar ou retardar as percepções sensoriais da espacialidade, do tempo e mesmo das próprias condições climáticas.

Além das propriedades salubres proporcionadas por estas esquadrias vidradas, as janelas e os vãos podem ser usufruídos como ferramentas à observação, ao controle e à domesticação de sujeitos, vide o contexto das “aberturas” inseridas no panóptico. Este modelo óptico desenvolvido pelo inglês Jeremy Bentham, no século XVIII, tinha como princípio uma torre central vazada de aberturas ao redor de uma espécie de torre anelar, proporcionando um jogo de visibilidade e invisibilidade entre luzes e sombras e concedendo a dúvida ao vigiado se está ou não sendo monitorado. A intenção deste “laboratório do poder” era o de modificar os comportamentos transgressores pela vigilância sobre prisioneiros e, quando transposto para outros tipos de contextos, atuar no processo de observação disciplinar sobre funcionários, alunos, idosos, doentes mentais, pedestres, sobre a vizinhança, etc. (Foucault, 2014, p. 194, 196-197).

Apesar do potencial desta temática dos olhares e de sua relevância às abordagens arqueológicas, as janelas ainda não obtiveram significativas atenções. Por esta razão, focalizei na questão visual em minha dissertação, investindo em uma investigação relativa acerca de como a compartimentação interna de um sobrado – atualmente em estado de ruínas – edificado em uma vila ao Sul de Minas Gerais pôde ter influenciado nas relações simétricas e assimétricas étnicas, sociais e de gêneros entre membros da família nuclear, visitantes, escravizados e agregados. Empregando o termo “conceito panóptico” na casa enquanto uma metáfora às instituições totais, me apropriei justamente de algumas das lacunas no campo das análises da espacialidade afim de elaborar e aplicar uma ferramenta metodológica de considerável potencial interpretativo, aplicável a inúmeros contextos arquitetônicos e capaz de quantificar os graus de vigilâncias ao longo das compartimentações (Klink, 2023).

No presente artigo, retomo o interesse ao sobrado campanhense, popularmente conhecido como Solar dos Ferreiras, imóvel construído em uma das principais vias da localidade e que, além de ter abrigado algumas gerações de uma entre as mais relevantes famílias da região no oitocentos em termos de projeções comerciais

JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)

e políticas, possuiu, em dado momento, uma quantidade de janelas superior ao de inúmeros prédios da vila e da cidade de Campanha/MG (Figura 1). Aqui, minha proposta é a de explorar como as estratégias de organização espaço-visual de alguns âmbitos do sobrado podem ter dificultado movimentos de escravizados e, ao mesmo tempo, pôde ter oportunizado brechas à reprodução de resistências pautadas nas alternativas de circulações sorrateiras e na subversão tática espacial.



Figura 1. Solar dos Ferreiras e obelisco comemorativo aos 200 anos de Campanha/MG. Vista a partir do Largo das Dores (Praça Dr. Jefferson de Oliveira), sem data. Fonte: Acervo Particular.

ARQUITETURA, CONTROLE E DISCIPLINA NOS ÂMBITOS DOMÉSTICOS ESCRAVISTAS

Podemos nascer, (con)viver e morrer sob os tetos das casas e entre suas arquiteturas. Locais de abrigo, do repouso, da alimentação, de afetos, de trabalho, das necessidades fisiológicas, da reprodução e cerne do privado. Onde também aprendemos, incorporamos e transmitimos esquemas mentais que podemos assumir pelo resto de nossas vidas (Bailey, 1990; Blanton, 1994, p. 5, 9; Lima, 1995, p. 133; Zarankin, 1999, p. 246; Perrot, 2009, p. 81; Klink, 2023, p. 37).

Quando associadas à disposição, à localização e ao *design* de elementos móveis (mobiliário) e imóveis (portas, balcões, janelas, paredes, etc.), as arquiteturas domésticas e suas configurações espaciais podem ser manipuladas e empregadas enquanto “tecnologias do poder” (Foucault, 2014; Klink, 2023, p. 38). A finalidade? Gerar obstáculos físicos, realçar ou mascarar códigos não-verbais assim como conceitos disciplinares e ideológicos que remetam à socialização (permissão, concessão, etc.) e, à privação (restrição, segregação, proibição, etc.) aos acessos espaciais. Estes, estariam pautados em divisões sociais hierárquicas simétricas ou assimétricas de gêneros, de identidades, de poderes aquisitivos, de posições sociais e de etnias.

O intuito deste emprego de poder seria o condicionamento dos movimentos dos corpos e a indução deles a determinados comportamentos, posturas, sensações, condutas, encontros e desencontros. Todavia, o poder não é algo que se tem e muito menos um privilégio unilateral. A partir do conceito de “micropoderes” introduzido por Michel Foucault, cabe aqui ponderar que o poder é exercido, investido e orquestrado (Foucault, 1981, p. 15; Foucault, 2014, p. 30). Por exemplo, pode ter sido exercido em função de contextos sobre funcionários, filhos, mulheres e escravizados que, conseqüentemente, o exerceram ou o contestaram em

outros domínios sobre outras pessoas ou até mesmo às primeiras, mas a partir de uma multiplicidade de maneiras.

No contexto escravista, as esferas domésticas envolviam a interação cotidiana de sujeitos de uma diversidade de referenciais, cosmovisões, faixas etárias, etnias, condições e posições sociais. Seja em propriedades campestres ou citadinas, as proximidades nas relações espaciais entre a família nuclear, funcionários, agregados, visitantes e escravizados eram indissociáveis das rotinas e de muitas das vivências sob o mesmo teto. Na especificidade destes últimos, como investimentos e propriedades legais daqueles que os arremataram à época e, em adição às paranoias e às desconfianças que rondavam os imaginários das famílias escravistas, os cativos eram expostos a medidas na intenção de se evitar a organização de levantes e evitar perdas monetárias, pelas fugas por exemplo.

A permissão e o encorajamento do desenvolvimento matrimonial e familiar e do cultivo de terras em dias específicos da semana, as restrições em volta das práticas e hábitos alimentares e sobre a posse de itens pessoais, a autorização da circulação em encontros para práticas religiosas e as promessas das produções das cartas de alforrias que nunca eram alcançadas atuavam como maneiras de exercer poder e o controle social, como viabilizar a cooperação, maximizar a produção/o trabalho e assegurar permanências, dificultando as evasões e garantindo o lucro.

Quando as atitudes por parte dos escravizados eram consideradas transgressoras ao que se esperava, modelos disciplinares mais brutais ou menos rígidos poderiam ser postos em prática. O sadismo escravista esteve impregnado no confinamento e no encarceramento de cativos, na restrição de alimentos e de água em ambientes insalubres, no uso de gargalheiras, de algemas e de máscaras em ferro, nas humilhações e nas torturas públicas. Iniciativas sádicas reproduzidas na intenção de punir e perpetuar o medo entre os outros escravizados, assegurando que atitudes semelhantes fossem suprimidas (Stein, 1990, p. 172; Karasch, 2000, p. 45).

Com o propósito de antecipar, descobrir ou coibir planos e intenções infratoras, modelos de tecnologias visuais se diluíam discretamente ou mesmo descaradamente pela paisagem, seja em *plantations* ou pelas ruas nos corações urbanos. Como relata Stein acerca das fazendas na região de Vassouras/RJ, uma disposição de estruturas como a casa sede, armazéns, terreiros, tulhas, paióis, senzalas e estrebarias denominada de “quadrilátero funcional”, se tratava de um sistema distributivo de forma quadrangular, retangular ou paralelogramo que facilitava o controle e a inspeção das tarefas designadas a escravizados e a trabalhadores livres da propriedade, almejando consequentemente a eficiência e a rentabilidade (Stein, 1990, p. 47).

Outros pesquisadores do contexto escravista associaram as tecnologias visuais empregadas ao controle e vigilância nas fazendas ao modelo de Bentham. Segundo Delle, a casa do capataz atuaria de maneira análoga à torre central do panóptico, pois sua posição na propriedade permitiria dois pontos de monitoramentos, um voltado à entrada/saída do alojamento e vila de cativos, ao trajeto para as fábricas e para o campo e outro em sua varanda, direcionado às atividades no *barbecue* (Delle, 1998, p. 159).

Já Lima identificou as maneiras pelas quais os proprietários poderiam supervisionar o andamento dos trabalhos e rotinas na fazenda São Fernando (Vale do Paraíba). No interior da casa sede da fazenda, as janelas envidraçadas favoreceriam a vigilância da dinâmica das atividades ao longo da propriedade, mas de maneira oculta e protegida das condições climáticas. Enquanto isso, a esposa poderia também controlar a rotina de escravizados domésticos e os acessos ao pátio interno a partir de um outro ponto (ou posto) de monitoramento utilizado a seu favor (Lima, 2011, p. 208, 212).

Em contraponto ao uso destas analogias por estes autores e mesmo à apropriação do termo “panóptico” em minha pesquisa de dissertação enquanto “conceito” de um modelo que não esteve ausente das instituições

no Brasil oitocentista (ver Klink, 2023, p. 46-47), opto por privilegiar o uso do termo “tecnologias visuais” ou “tecnologias de vigilância”, justamente pela inserção da mão-de-obra escrava no Brasil ter requisitado estratégias, maneiras e métodos característicos ao processo de vigiar e controlar o contingente de africanos, afro-brasileiros e trabalhadores livres nas propriedades, em períodos antecessores à criação de Bentham.

Contudo, a vigilância invasiva, as censuras, os castigos, as opressões e as humilhações não eram recebidas passivamente por parte dos escravizados, podendo ser convertidas em plurais maneiras de se opor e de sobreviver aos mandos e desmandos da sociedade escravista. A sabotagem do maquinário, a mutilação de animais, a inserção de produtos narcóticos nos alimentos, a fuga, os furtos, a organização de conflitos e revoltas ou até mesmo o suicídio eram modos de não apenas resistir às situações, mas de contestar os modelos de escravidão e as adversidades diárias (Karasch, 2000, p. 435; Mintz & Price, 2003, p. 47; Orser & Funari, 2004, p. 14; Bergad, 2007, p. 166, 204, 213).

Logo, todas estas medidas dependiam de caracteres táticos, ou seja, uma série de práticas discretas e sorrateiras que envolviam a (re)apropriação de espaços impostos e estruturados pela ordem ideológica opressora. Elas dependiam de buscas por *timing* e por oportunidades para as execuções nas margens do controle e da vigilância, desfrutando de brechas e de falhas no controle multissensorial (visual, auditivo, tátil, olfativo, etc.) proporcionadas pelas conjunturas (DeCerteau, 1990, p. 13-19, 100-101).

Se de um lado as aberturas que demarcavam fronteiras entre domínios poderiam ter sido manipuladas como símbolos de distinção, de poder e com o propósito de vigiar, outros significados próprios e propósitos poderiam estar atrelados às perspectivas, aos sistemas de crenças e aos referenciais africanos e afro-brasileiros também no acesso e contato com zonas limiarias, como as janelas².

Embora registros descrevendo práticas e contatos entre cativos e as janelas sejam excepcionais e um tanto quanto incomuns, com exceção das aberturas com grades acopladas retratadas em algumas senzalas por viajantes estrangeiros, Slenes reproduz sucintamente um relato de um escravizado da África Ocidental enviado ao Brasil no século XIX que, além de espantar-se com a arquitetura das residências de brancos, os aspectos das janelas inseridas nelas foram algo que chamaram a sua atenção, pois de acordo com ele, foi o primeiro contato que teve com elas na vida (Slenes, 2011, p. 170-171). Materiais associados às divindades Legba, Exu e Bombongira – como guardiões dos portões e do limiar das áreas aos candomblés ketu, angola e jeje – inseridos em recipientes escondidos próximos das principais entradas das casas e entre suas paredes foram citados por alguns autores (Thompson, 1983, p. 25; Gordenstein, 2016, p. 93)³.

² Conforme Santos alega, citando Marins, as janelas com inserções de rótulas e gelsias foram banidas das casas coloniais fluminenses em 1809. O motivo, estes elementos invadiam as ruas e dificultavam acessos, prejudicando na delimitação entre o mundo mais público e o privado, caracterizando novas formas de morar (Marins, 2001, p. 164-165 *apud* Santos, 2010, p. 74).

³ Uma espécie de folha de dendezeiro denominada de *marió* foi descrita por Lody como proteção à entrada de malefícios quando inserida próxima às janelas e portas de terreiros e, fonte simbólica e material aos Voduns, Inkices e Orixás (Lody, 1992, p. 17).

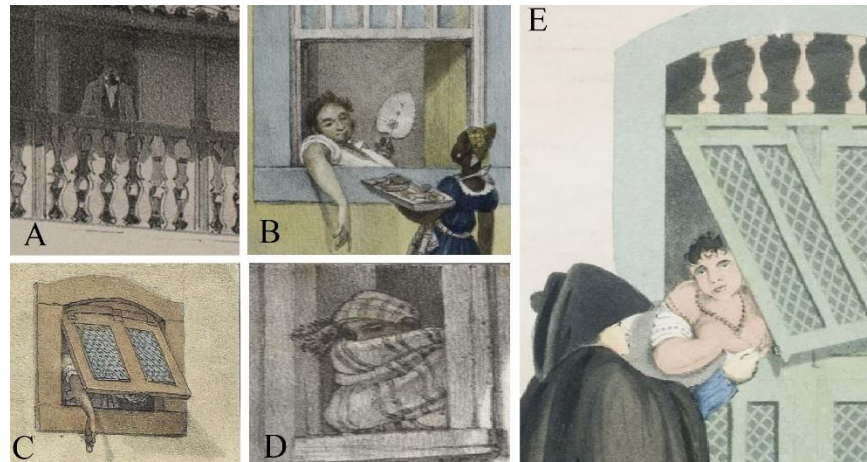


Figura 2. Pormenores de gravuras representando interações e sujeitos entre janelas e sacadas. A: “Encaissage et pesage du sucre”, Victor Frond (1861); B: “Boutique de barbiers”, Jean-Baptiste Debtre (1835); C: “Voeu d’une messe demandée comme aumône”, Thierry Frères (1839); D: “Boutique d’un marchand de viande de porc”, Thierry Frères (1835); E: “Huma historia”, Henry Chamberlain (1822). Fonte: *Brasiliana Iconográfica*.

Sobre eles, inúmeros arqueólogos relataram a aparição de objetos de conjuro/desconjuro enterrados próximos às soleiras das portas, de porteiras, de passagens ou entre os cantos de certos cômodos. Tratam-se predominantemente de suportes materiais como moedas, garrafas, pregos, cristais, contas, ossos, pedras polidas com chaves, entre outras espécies de objetos de conjuro denominados “cachês”, designados entre os Bakongo da África Central como *nkisi* (singular) e *minkisi* (plural). Ou seja, combinações ou não de itens significantes de propriedades mágico-religiosas e espirituais que visavam conceder proteção, experiências premonitórias, causar malefícios ou benefícios a determinados grupos de ocupantes de dado domicílio, mas que não seriam uma exclusividade de africanos e afro-brasileiros, uma vez que os códigos poderiam ser interpretados e integrados por outras categorias de sujeitos (Ferguson, 1992; Symanski, 2007; Agostini, 2013; Lima, 2023, p. 145).

As ênfases dessas práticas com as proximidades das portas e das entradas na sociedade colonial, como a ausência de janelas em grande parte das tipologias de senzalas – além de recursos que visavam assegurar presenças –, podem estar relacionadas às baixas frequências das inserções destas últimas nas moradias ainda em algumas localidades na África, circunstância que contrastaria muito provavelmente com os padrões de vida, com os mecanismos cognitivos, com suas referências culturais e com suas necessidades no além-mar (Souza, 2000, p. 135). Segundo Slenes, a imposição de padrões alheios envolvendo a localização e os materiais para a construção destes alojamentos poderiam ter imperceptivelmente coincidido com os desejos e com as preferências iniciais de africanos e outros escravizados, os quais não teriam desconhecimento por completo tanto destas matérias-primas quanto das técnicas de construção, desfrutando silenciosamente da situação (Slenes, 2011, p. 171, 176).

A profundidade no estabelecimento dos alojamentos de escravizados nos lotes, a segregação dos recintos de maiores permanências cativas nas casas (como as áreas de serviços) ou mesmo os materiais utilizados para suas edificações foram estratégias e operações premeditadas que visavam legitimar distâncias sociais e reafirmar a ordem hierárquica a partir dos prismas e valores das casas-grandes e de grande parcela da camada livre da população (Symanski, 2007, p. 20; Klink, 2023, p. 41). Entretanto, proporcionariam, de maneira antagônica e indireta, privacidade aos sujeitos escravizados.

Tais lacunas oportunizariam as transcrições ocultas/escondidas (*hidden transcripts*): discursos, atividades e práticas como críticas ao poder de extratos “dominantes” que deveriam ser reproduzidas pelas costas (*offstage*) das autoridades e ser desenvolvidas para um público seletivo em locais que lhes são familiares ou próprios, como as senzalas, os alojamentos e suas proximidades (Scott, 1990; Slenes, 2011, p. 185; Symanski & Gomes, 2019, p. 261-262, 288).

Portanto, as maneiras pelas quais os possíveis conhecimentos dos trajetos percorridos por escravizados no solar visavam facilitar e dificultar encontros, correspondiam a uma entre as plurais práticas de caráteres táticos que, como outras baseadas na oralidade e na corporalidade (canções, danças, troças e histórias), não deixaram rastros no atual estado de ruínas que a casa se encontra, mas que podem ser parcialmente entrevistadas a partir das indagações arqueológicas à sua materialidade (Orser & Funari, 2004, p. 13-14; Symanski & Gomes, 2019, p. 262). Relativamente, se referem a ações criativas engajadas também em esquivas e (re)apropriações dos mecanismos espaciais de controle domésticos com o objetivo de subverter ou superar as limitações, as desigualdades e as restrições hegemônicas reforçadas estrategicamente contra eles pela via arquitetônica e espacial.

Isto é argumento que o desenvolvimento de rotas e o aperfeiçoamento de maneiras de conhecer e transitar pelos espaços ao longo das casas e das ruas (patrulhas, toques de recolher, sistemas de passes, etc.), denominadas de “geografias de resistências” (Camp, 2004 *apud* Mosterman, 2021, p. 11), seriam importantes meios de viabilizar a manutenção e a reprodução do universo social e ritual sob os âmbitos hierarquizados e os mais restritos e monitorados. Deste modo, atuariam também como meio de garantir o acesso e a obtenção de uma diversidade de recursos que lhes seriam negados previamente, como ferramentas, armamentos, vidros, louças, fragmentos, alimentos, informações, etc.

MÉTODOS DE ANÁLISES À ESPACIALIDADE: UMA NOVA PROPOSTA

São inúmeras as maneiras de se abordar e de se analisar as estruturas arquitetônicas. Algumas delas que compreendem a vertente da Arqueologia da Arquitetura são as análises estratigráficas, do *layout*, dos signos arquitetônicos e mesmo da paisagem. No entanto, quando se fala em espacialidade, duas ferramentas metodológicas tradicionais provindas da Arquitetura e já bem difundidas na Arqueologia são amplamente utilizadas. Os estudos que as empregam versam em grande parte pelos interesses às “leituras” e “decodificação” da espacialidade, atentando-se às propriedades simétricas/assimétricas dos ambientes, às circulações, à concentração de poder, às organizações e às experiências reverberadas nos ambientes de convívio. São estas ferramentas: o Método de Análise *Gamma* e os três índices de Blanton.

O primeiro destes se trata de um método desenvolvido pelos arquitetos Bill Hillier e Julienne Hanson (1984) que integra a Teoria da Sintaxe Espacial. Sua aplicação implica na produção de gráficos de permeabilidades partindo da enumeração dos espaços que compõem as plantas baixas onde cada cômodo (coberto e descoberto) é convertido em círculos denominados “nós” (*nodes*); cada um dos filtros de distribuição, como portas, alçapões e alguns corredores são retratados como “conectores” (*edges*) enquanto o espaço externo, seja a entrada principal ou a alternativa, é referenciada como um círculo com um “X” ou “+”. Escadas e corredores podem também ser figurados como “nós”, justamente por atuarem como centros transicionais que

permitem e negam isolamentos, uniões, sociabilidades e a manutenção entre as áreas e suas funções (Blanton, 1994; Lima, 1995, p. 134; Souza, 2007, p. 73).

O resultado desta transformação é um esquema composto de espaços conectados por acessos e sua integração aos diferentes pavimentos (quando há), ilustrando informações e características relacionadas à organização espacial, como o grau de controle de uns espaços sobre outros, de sociabilidade e privacidade e a circulação no interior dos ambientes a níveis comparativos (Figura 3).

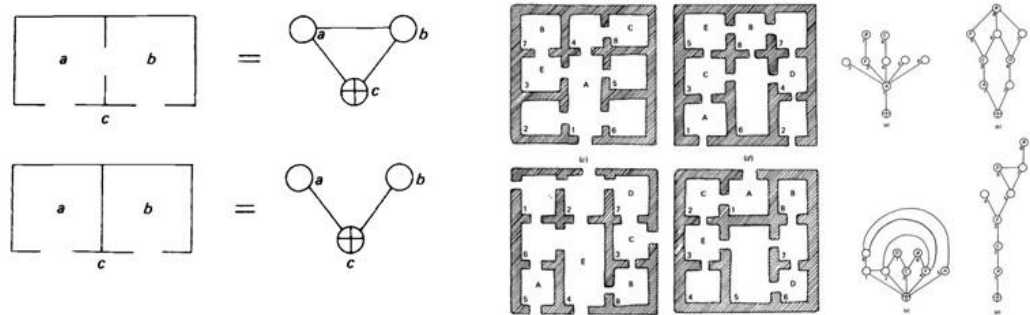


Figura 3. Exemplos de aplicação Gamma e como plantas similares podem conter diferenças nos acessos e na distribuição espacial.
Fonte: Hillier & Hanson, 1984, p. 148, 150-151.

Já a segunda ferramenta citada se trata de uma elaboração do arqueólogo Richard Blanton na década de 1990, em que esteve interessado em quantificar os graus de circulação, a profundidade e a acessibilidade ao longo das esferas de casas rurais ao redor do mundo. São eles:

1) Índices de escala: consiste na contagem dos nós presentes nos gráficos de acesso e, conseqüentemente, dos espaços aparentes em uma edificação ou planta baixa, na intenção de medir o tamanho da estrutura. Quando é possível identificar o número de habitantes, obtém-se uma medida de metros quadrados por habitante.

2) Índice de integração: relaciona-se com a circulação interna e expressa o grau de restrição da estrutura. Seu valor é obtido pela divisão entre a quantidade de nós e a quantidade de conexões. Pelo cálculo implicar em resultados a partir do valor “- 1” como a quantidade mínima de conexão, assim como outros autores, opto pela adaptação de Zarankin (2001), arqueólogo que reverteu os valores, resultando em, no mínimo, um acesso por nó. Portanto, quanto mais alto é o valor, mais distributiva é a estrutura e/ou o espaço, quanto menor e mais próximo de “1” é o valor, menos distributivos e mais restritivos eles são.

3) Índice de complexidade: compreende a acessibilidade de espaços. O valor deste índice é obtido perante a divisão entre o grau de acessibilidade e a medida de escala. O resultado remete à variação funcional dos espaços e à quantidade deles necessários atravessar para alcançar a saída do edifício (isolamento e distribuição espacial).

Para além de seus potenciais informativos, como se nota, estes dois modelos de análises se constituem de abordagens um tanto quanto mecanicistas, quantitativas e limitadas. Empregá-los ou “aplicá-los” unicamente ou sem algumas cautelas pode acarretar o não envolvimento de temáticas caras à Arqueologia da Arquitetura, como a relevância da diversidade das funções dos espaços, os *layouts* dos cômodos e os particulares significados atribuídos a cada um deles.

Em contrapartida à proposta destas ferramentas que atribuem os caracteres acessíveis/restritivos particularmente às portas, há de se refletir que determinado espaço com um número alto, reduzido ou nulo de janelas significa algo, carecendo de maiores atenções. No contexto oitocentista, além das janelas, os balcões

em ferro e as varandas atuarem como símbolos de poder, vias à salubridade pela iluminação, à ventilação interna e locais de sociabilidade entre os corpos e os olhares que cruzavam as esferas domésticas e as ruas, correspondem também a elementos que podem ter sido usufruídos como ferramentas a observações que conduziam ao controle e barreiras à invisibilidade/visibilidade quando fechadas ou entreabertas (Lima, 1995, p. 135; Segaud, 2016, p. 128, 174).

Observar através delas nem sempre pode ter remetido ao ato de controlar, mas de conhecer, antecipar movimentos e atividades. Nestes locais, os olhares à distância podem ter estabelecido dominância, ter demonstrado desaprovação, empatia, interesse e mesmo ter punido, quando associado às expressões faciais, ao balançar da cabeça e às entonações vocais. Como assumido anteriormente, a relação janela x sujeito deve ser considerada no campo da Arqueologia da Arquitetura, logo que o ato de observar pode regular ações e compelir sujeitos a agir de determinada maneira, tornando-se uma forma sádica de opressão, uma espécie de violência ocular que agride, proporciona desconforto e fere privacidades sem requisitar contatos físicos (Pallasmaa, 2012, p. 22, 34; Klink, 2023, p. 60-61).

Longe de tratar-se de uma perspectiva ocular-centrista, acredito no entrelaçamento total dos sentidos, os quais devem ser considerados e abordados em conjunto, uma vez que captam e confrontam as adversidades espaciais, contribuem com as produções de memórias e contribuem com as percepções integralmente, e não de maneira fracionada (Pallasmaa, 2012, p. 11, 20; Tilley, 2014, p. 38-40).

Com o propósito de contribuir com esta lacuna e a necessidade da abordagem que permeia a análise espacial na Arqueologia, elaborei em minha pesquisa de mestrado uma adaptação e, de certo modo, um suplemento metodológico aos dois modelos apresentados anteriormente. Uma maneira ainda preliminar de “mensurar” as capacidades de vigilância da compartimentação interna de estruturas arquitetônicas construídas ou projetadas.

Nesta ferramenta, a quantidade de cômodos de uma estrutura arquitetônica é representada pelo vetor “X”, enquanto o respectivo número de aberturas ou vãos (portas, janelas, alçapões, etc.) se apresenta ao longo do vetor “Y”. Estas “aberturas” se tratam de quaisquer mecanismos que tenham possibilitado diretamente ou indiretamente a observação e a vigilância, sejam elas internas ou externas, contabilizando-as mesmo que se repitam em cômodos contíguos ou quando espaços abertos estão suscetíveis à observação de cômodos em outros pavimentos. De maneira indireta, estes dados não se limitam à temática da vigilância, mas auxiliam conjuntamente na compreensão dos locais onde os tipos de janelas foram empregados para expor suntuosidade e poder, como os recintos mais e menos salubres (Klink, 2023).

Nesta proposta intitulada de Dispersão Axial, ou seja, da distribuição de “eixos visuais” onde se vê um espaço a partir de outro (Markus, 1993, p. 14), cada círculo branco indica um cômodo (nó), de modo que as linhas representam caminhos específicos (*edges*) necessários para acessá-los unitariamente e consecutivamente. Ou seja, a delimitação de trajetos recai na consideração da agência dos indivíduos ao trânsito, pois independente da edificação que acessamos, não percorremos ela por completo, partimos e traçamos específicos trajetos com a finalidade de alcançarmos um local-destino específico.

Associando as variáveis Y (número de aberturas) ao X (espaços enumerados), é possível obter um traçado da oscilação geral dos graus de visibilidade de cada espaço da estrutura (linha preta), segundo a ordem numérica de cada cômodo da planta baixa como escolha de cada pesquisador (a). O cruzamento destes vetores permite-nos perceber se conforme se adentra e percorre diferentes e pré-determinados trajetos da estrutura, há ou houve uma necessidade e o desejo ao aumento ou à redução de visibilidade da compartimentação interna e,

porventura, parâmetros nos caracteres de vigilância a partir das proporções entre portas e janelas. O mesmo vale inversamente, na perspectiva de sujeitos que estejam em determinado local e desejam se retirar dos cômodos, dos mais rasos aos mais profundos da estrutura, partindo da maneira mais imperceptível possível.

A TRAJETÓRIA DA CASA: USOS E NARRATIVAS

O sobrado conhecido pela comunidade local como Solar dos Ferreiras foi edificado já no perímetro central da setecentista Vila da Campanha da Princesa, atual município de Campanha. Como um imóvel de esquina implantado em seu lote urbano mediante condições análogas às tradições construtivas portuguesas, divisava estrategicamente com o Largo das Dores (atual Praça Dr. Jefferson de Oliveira) com sua fachada frontal (principal) e, interagia marcando a presença com sua fachada lateral e seus balcões em ferro acompanhando o suave aclave da Rua Direita, uma das principais vias de entrada e uma entre as mais valorizadas ruas para se possuir imóveis nas primeiras décadas do século XIX segundo os registros dos impostos prediais desta localidade Sul-Mineira (Cruz, 2016, p. 95, 145).

A denominação “Solar dos Ferreiras” deriva do sobrenome de uma família de fortes expressões e projeções públicas e políticas ao longo do século XIX e o primeiro grupo de ocupantes do sobrado. O patriarca da família exerceu inúmeras atividades, como proprietário de engenho, de lavras e de um comércio. Sendo considerado, baseado na listagem nominativa, o oitavo entre os proprietários de cativos da vila com a maior quantidade destes matriculados em sua posse. Desempenhou também funções filantrópicas, militares, administrativas e judiciais em Campanha, sendo condecorado e gratificado pela prestação de serviços com o título de Oficial da Comenda da Rosa em 1845 e como Comendador da mesma em 1855 (Klink, 2023, p. 78).

Ao que foi possível conjecturar desde minha trajetória de interesse no solar em minha monografia e em seu seguimento com a dissertação, o sobrado fora edificado a mando do Tenente-Coronel Francisco de Paula Ferreira Lopes (c. 1793-1886), na década de 1820, com o grupo doméstico já o abrigando no ano de 1831 (Klink, 2021, p. 38-39; Klink, 2023, p. 89). Neste ano em específico, Francisco foi recenseado como o chefe de um fogo (domicílio) caracterizado por trinta e sete sujeitos. Além dele e de sua esposa D. Marianna Ferreira (c. 1805-1861), matricularam-se: quatro filhos do primeiro casamento (dois meninos e duas meninas), três filhas do até então atual casamento, vinte e quatro cativos (seis mulheres e dezoito homens) e alguns sujeitos livres brancos que foram compreendidos como agregados (seu irmão e outro como caixeiros, uma rendeira e um sapateiro)⁴.

Cabe pontuar que esta alta concentração de sujeitos não implica em considerá-los moradores do sobrado, mas sim indivíduos sob a “tutela” administrativa, econômica e social de Ferreira Lopes, como no caso dos quatro possíveis agregados listados ao final e de catorze dos cativos especializados na mineração distribuídos ao longo de outras possíveis propriedades, como fazendas e chácaras⁵. Portanto, permaneço inferindo que o grupo doméstico deste sobrado foi composto neste momento por Francisco, sua esposa D. Marianna, dois filhos, cinco filhas, escravizados como o “*pagem*” Joaquim, a “*mucama*” Maria, as três crianças deste casal (Joaquim,

⁴ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830. Disponível em: <<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>>. [cons. 27 jul. 23]

⁵ Para alguns autores, nas casas dos senhores, os escravizados poderiam ser alocados tanto em corredores, em lojas com pouca ventilação, em compartimentos próximos das áreas de serviços, nos porões e em sótãos (Reis, 1986, p. 220; Costa, 1989, p. 172-175; Algranti, 1997, p. 95, 101; Karasch, 2000, p. 185; Santos, 2010, p. 63, 96). Tratando-se do “morar sobre si” distante das residências de proprietários, os cativos providenciariam o aluguel de moradias de terceiros ou compartilhariam quartos com outros colegas de cativo, libertos ou mesmo pares sociais (Reis, 1986, p. 219-221, 223; Santos, 2010, 17-18, 28).

Rita e Jacinto de respectivamente 5 anos o primeiro e 2 os últimos), a lavadeira Bebiana, a cozinheira Lucia, a fiadeira Ignacia, a costureira Thereza e alguns dos agregados, entre eles seu irmão João Pedro (Klink, 2023, p. 92)⁶.

Nestes momentos, principalmente entre as décadas de 1830 e 1840, o sobrado de esquina recebeu e hospedou estrategicamente dezenas de personagens liberais que influenciaram no contexto da primeira fase da regência, exercendo poder em meio às atividades parlamentares nas Câmaras, na imprensa e sobre a economia agroexportadora, como o Padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843), Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), o Senador José Bento Leite Ferreira de Melo (1785-1844) e o Visconde Antonio Limpo de Abreu (1798-1883)⁷. Além de abrir algumas de suas portas para esta rede de aliados, a realização de reuniões, saraus e bailes e seu possível comércio instalado no térreo, caracterizaram esta unidade doméstica também como uma unidade econômica, política e social, espaço estratégico à conquista de créditos, fortalecimento de redes de sociabilidades e veículo de difusão de ideias e ideologias as quais manifestavam publicamente (Klink, 2023, p. 130-134).

Com o falecimento da esposa D. Marianna Cândida Ferreira de Vilhena e a finalização da partilha de bens de seu inventário *post-mortem* entre 1868-1876, somente dois dos escravizados matriculados anteriormente em 1831 permaneceram como suas posses três décadas mais tarde, o casal “*Joaquim de idade 70 anos, de Nação*” e, “*Maria Crioula mulher do mesmo, de idade 60 anos*”⁸. Como cogitei anteriormente, a ausência de outros escravizados neste documento cartorial pode ser justificada pela venda que fizeram de grande parte da escravaria com uma fazenda a um de seus genros no início da década de 1840 (Rezende, 1987, p. 171; Klink, 2023, p. 90-91).

Ausente da listagem e da partilha de bens do Comendador Francisco de Paula Ferreira Lopes em seu inventário (1888), suponho que a propriedade de dois pavimentos foi arrematada ou passada de modo ainda desconhecido ao genro Martiniano da Silva Brandão (c. 1816-1892) e pela filha D. Bárbara Alexandrina Ferreira Brandão (c. 1818-1887) na década de 1880⁹. Posteriormente, o imóvel serviu momentaneamente como reunião à junta e como sede do Governo do Estado Minas do Sul (décadas de 1880-1890), estabelecimento hidro terapêutico da família Brandão e residência dos Leonel de Rezende (final do século XIX e início do XX), indo a leilão no início da década de 1920 devido ao seu péssimo estado de conservação.

Após ter sido arrematado pelo Dr. Jefferson de Oliveira e usufruído como sua residência, o sobrado foi cedido ao funcionamento da Escola Normal (1929-1937), passando por um intenso período de reformas e de adaptações financiadas pelo próprio. Foi doado ao município em 1944 e em 1973 passou à posse da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nossa Senhora do Sion (FAFI-Sion), sendo tombado à nível municipal somente em 1985 pelo decreto 1412. Outros usos ao local foram a Escola Vital Brazil (1965-1966), Prefeitura Municipal (1976-1993), Biblioteca e inúmeros comércios (Klink, 2021, p. 28-29).

⁶ No intuito de respeitar e preservar os termos e as expressões retiradas das documentações consultadas produzidas ao longo do século XIX, optei por reproduzi-las mantendo suas grafias, destacando-as com aspas e itálico no decorrer do corpo do texto.

⁷ De acordo com as memórias de seu neto, “[...] porque sendo o chefe do partido liberal na Campanha; tendo, além disso, sido membro da assembleia provincial na sua primeira legislatura; e tendo, em todos os tempos, sempre sentido um grande fraco para todas as grandezas; meu avô desde muito cedo começou a travar relações com os grandes homens daquele tempo; e raro era aquele que passava pela Campanha ou que, indo tomar as águas virtuosas do Lambari, chegava àquela vila, que não fosse ser ali seu hóspede” (Rezende, 1987, p. 69-70).

⁸ Inventário *post-mortem* de Marianna Cândida Ferreira de Vilhena, CEMEC/SM, Campanha (MG), n.º. 20, caixa 44, ano: 1868.

⁹ Inventário *post-mortem* de Francisco de Paula Ferreira Lopes, CEMEC/SM, Campanha (MG), n.º. 6, caixa 65, ano: 1888.

Como alertava um relatório do IEPHA na década de 1990, as estruturas de forros, assoalhos, revestimentos, alvenarias e demais madeiramentos apresentavam um alto grau de degradação por trincas, fissuras, descolamentos, ação de insetos, infiltrações e umidade. Em adição ao uso constante de maquinário pesado por indústrias em seus espaços de fiação ainda encapada a pano e ao descaso, o sobrado sofreu, em maio de 1996, um incêndio que consumiu pouco a pouco toda sua estrutura, concedendo a aparência e atual estado de ruínas que se encontra desde então (IEPHA, 1996, s./p.).



Figura 4. Trajetória do solar na iconografia. A: Pormenor da litogravura panorâmica da Cidade de Campanha (c. 1850-1860), Fonte: CEMEC/SM; B: Solar enquanto Escola Normal (final da década de 1920), Fonte: CEMEC/SM; C: Vista parcial do Largo das Dores (sem data), Fonte: Grupo Memórias Campanhenses; D: Incêndio consumindo o sobrado (maior de 1996), Fonte: Foto Fênix; E: Vista das ruínas a partir da Igreja das Dores (2003), Fonte: Foto Araújo; F: Colunas em pedras emparelhadas das ruínas do solar (2021), Fotografia: Caroline Ferreira.

VELHAS PEDRAS, OUTROS TIJOLOS

Aliando a documentação iconográfica à pesquisa arqueológica foi possível concluir que as paredes do pavimento superior (nobre) do sobrado haviam sido confeccionadas a partir da técnica da taipa de mão (pau-a-pique), firmadas através de uma estrutura de “gaiola” autônoma em madeira adotada por grande parte das casas de sobrado do Sul de Minas e de Campanha (Cruz, 2016, p. 166-167, 363-364). Por apoiar-se sobre as espessas colunas em alvenaria de pedras irregulares emparelhadas, unidas entre si e envolvidas por uma argamassa de origem térrea, este arranjo era o que garantia maior estabilidade estrutural.

Já a recuperação e digitalização de um rico acervo de fotografias em negativo, retratando detalhadamente de maneira inédita o interior da edificação, abriram alguns caminhos interpretativos e suposições acerca das portas, janelas e paredes que foram abertas, tampadas por tijolos e substituídas ao longo dos séculos, das décadas e dos anos das mais diversificadas ocupações na casa (Figura 5).

A pesquisa de campo nas ruínas do sobrado associada ao levantamento, análise e ao cruzamento entre estas e outras fotografias, gravuras, documentos e uma planta baixa produzida na década de 1990 apresentando um alto grau de compartimentação foram metodologias que permitiram notar ao menos dois momentos construtivos que alteraram sua forma e espacialidade, relacionando-se diretamente com os comportamentos vigentes e caros à época: a tipologia em “L” possivelmente entre as décadas de 1820-1850 e a morfologia em “U” que pode ter caracterizado o imóvel entre as décadas de 1860 e 1870 (Klink, 2023, p. 106-109).

JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)



Figura 5. Acima: Detalhes das colunas e paredes em adobe e pedras emparelhadas. Fotografia: Caroline Ferreira, 2021. Abaixo: Alguns dos detalhes do interior e do exterior do sobrado fotografado por Almir Ferreira na década de 1990. Fonte: Foto Araújo.

Tendo sido aberto o inventário de D. Marianna Vilhena entre estas últimas prováveis reformas da geração de Ferreira Lopes, optei por mapear a distribuição de bens semimóveis, suas “qualidades” e avaliações registradas nas listagens de bens da falecida com a finalidade de verificar correlações entre os trajetos do responsável por listar o universo material alimentar e o mobiliário às possíveis designações da compartimentação na época (salas, salão de festas, loja, cozinha, área de serviços, aposentos, etc.).

Ainda sobre a segunda metade do século XIX, durante a análise de uma fotografia panorâmica de Campanha publicada em 1874 no “*Almanach Sul Mineiro*” (Veiga, 1874) e disponibilizada em meio ao acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, foi possível avistar duas estruturas não-caiadas e de feições retangulares quase que camufladas entre a vegetação de um quintal de aproximadamente 17,65 metros de comprimento por 9 metros de largura contíguo ao solar (Figura 6)¹⁰.

A proximidade e a falta de distanciamento destas com a propriedade de Ferreira Lopes e os altos valores prediais destas vias corroboraram para insinuar seus vínculos com a planta em “U” do sobrado, ao menos durante o início da década de 1870¹¹. Em minha dissertação levantei duas possibilidades de usos destes locais ao fundo no quintal, 1) “cozinha-suja” ou 2) uma entre as inúmeras variações arquitetônicas dos modelos de senzalas mencionadas por Slenes, neste caso, um alojamento “conjugal” ou “compartimentos conjugados” de paredes em taipa de mão com cobertura vegetal ou de telhas de uma ou duas águas, abrigo de escravizados casados (Slenes, 2011, p. 158-168; Klink, 2023, p. 125-126)¹². De qualquer modo, estruturas internamente e externamente similares às encontradas ainda em regiões da África Ocidental e espaços de maiores permanências e interações entre os negros escravizados (Ferguson, 1992, p. 134-136).

¹⁰ Vista da cidade da Campanha (Iconográfico), acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>>. [cons. 01 ago. 23]

¹¹ Não foi possível localizar durante o campo vestígios e demais sinais de alicerces nas imediações do terreno, onde há atualmente uma residência. Segundo alguns relatos, esta atual moradia foi construída em princípios da década de 1970, quando um dos membros da família que ainda abriga o local foi contratado para trabalhar como vigia da Prefeitura Municipal que funcionava até então no solar. Desta forma, baseado na iconografia oitocentista, há de se considerar que o terreno tenha permanecido “vago” desde a geração de Francisco de Paula no sobrado.

¹² Esta tipologia de alojamento pode ser conferida em duas fotografias litografadas produzidas por Victor Frond ao início da década de 1860 presentes em Slenes (2011, p. 163) e Moura (2012, p. 651, 656).

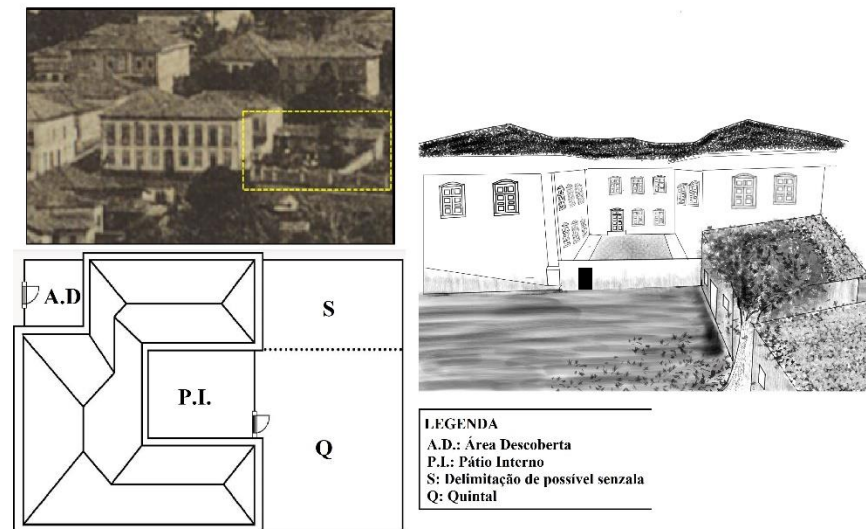


Figura 6. Hipótese e concepção acerca da forma, da planta e da localização da possível senzala a partir da pormenor da fotografia panorâmica da Cidade de Campanha/MG (c. 1874), sem escala. Fonte: Autor, 2023.

MOVIMENTAR, ACESSAR, VIGIAR E CONTESTAR

Conforme o citado anteriormente, a única planta baixa localizada figurava a configuração espacial do imóvel em seus últimos momentos antes do incêndio. As plurais ocupações que suas repartições receberam marcaram presença em sua materialidade, seja pela construção de novas paredes, a inserção de outras portas, janelas, tubulações e fiações contemporâneas à sua edificação ou pela retirada de vários elementos arquitetônicos e construtivos que tenham remetido algum dia aos usos privados e sociais das gerações de habitantes antecessores. Cerca de quarenta espaços detectáveis representaram o alto grau e o potencial de compartimentação do sobrado campanhense.

A respeito da planta baixa hipotética referente à década de 1870, foi possível supor que os acessos formais ao interior da residência poderiam ter sido feitos de cinco maneiras (Figura 7): pela entrada principal defronte ao Largo das Dores (1), pelo quintal acoplado (15) retratado e destacado na Figura 6, pelo suposto acesso destinado aos clientes da loja de fazendas secas (2 e 8), através do pátio lateral sentido Rua Direita (12) e ao local destinado provavelmente aos funcionários e escravizados que conduziam os sortimentos de mercadorias e os demais gêneros a serem comercializados no empreendimento ou consumidos pelos residentes.

As posições destes cinco acessos rasos ao longo das fachadas da estrutura demarcavam claramente quem poderia acessar o ambiente interno e quem não, atuando como filtros de distribuição pautados nas posições sociais e no grau de proximidade com os membros da família. Isolando momentaneamente os acessos ao interior da habitação, mais precisamente os locais limítrofes que direcionam ao pavimento superior, onde a família usufruía de sua privacidade, nota-se que mesmo a simetria do primeiro nível é enganosa, pois penetrar nos âmbitos mais íntimos implicaria no cruzamento pela sala de entrada (1) e seus *clusters* (aglomerados de conexões)¹³.

¹³ Como escreveu Carlos Augusto Taunay em seu “Manual do Agricultor Brasileiro” a respeito do perfil simétrico: “O gosto e bom senso ensinão que os edifícios da mesma qualidade devem ser semelhantes e formar linhas contiguas; que a symetria e correspondencia dos lados he a condição de toda beleza [...]” (Taunay, 1839, p. 20).

JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)

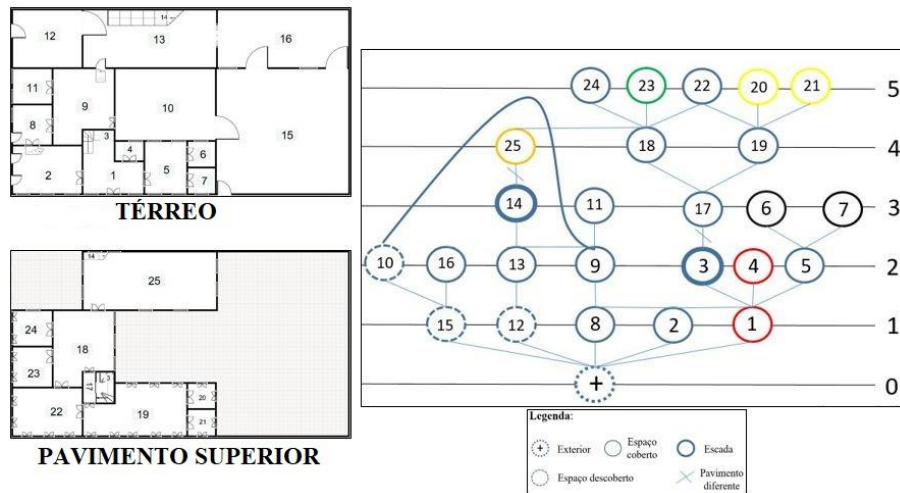


Figura 7. Conversão da planta baixa em gráfico Gamma. Fonte: Klink, 2023, p. 138¹⁴.

Com isto realço que as “zonas de estar” à frente na estrutura apresentando fluxos mais intensos de/aos acessos referem-se ao que Zarankin já alertava como “liberdades ilusórias”, controles encobertos por aparências de liberdade (Zarankin, 2001, p. 226). Como também o exemplo dos isolamento dos cômodos comerciais, que mesmo abrindo-se à Rua Direita, simbolizavam barreiras auditivas e visuais à independência do programa de necessidades doméstico.

Cabe destacar que, ao aplicar os índices de Blanton nesta interpretação da tipologia em “U”, foi verificado que embora a espacialidade tenha apresentado uma fórmula de organização espacial razoavelmente distributiva, com seu valor de 2,28 (Medida de Integração), as possibilidades de movimentações e trocas de espaços (nós) se opunham à autonomia para se retirar dela. Devido à profundidade, ao isolamento e à assimetria de grande parte dos nós não-distributivos, a obtenção da Medida de Complexidade no valor de 2,84 indica que a depender da localização, seria necessário atravessar por volta de dois cômodos para se alcançar a saída.

Os cômodos mais profundos entre os cinco níveis verticais são os quartos (aposentos), seguidos do salão, da sala de jantar mais íntima, da dita aberta aos convidados e das áreas de serviços, como as redondezas da cozinha que poderiam conter subdivisões como uma dispensa e um pequeno dormitório a escravizados que eram mais requisitados em horários mais variados. A senzala, tal como todos os supostos quartos, está entre os locais menos distributivos (Figura 8 e 9).

Além da aplicação do modelo gráfico de Dispersão Axial indicar não somente o alto grau de visibilidade (controle óptico), salubridade e da exposição de poder simbolizada pelas janelas logo nos cômodos de recepções e sociabilidades com *outsiders*, o caminho partindo da entrada formal mais distributiva (1) (Gráfico A, Figura 8), ultrapassando os espaços 3 e 17 com destino ao nodo 18, sugere que após acessar a escada curvilínea (3), – onde haveria brechas na vigilância –, privilegiou-se exponencialmente a uma maior concentração de portas sobre o número de janelas, um maior controle sobre a mobilidade.

¹⁴ Cores semelhantes (amarelo, preto e vermelho) representam espaços que poderiam ter sido somente um local, enquanto cores distintas (marrom e verde) tratam-se de cômodos que poderiam conter subdivisões internas desconhecidas. Devido a presença de dois pavimentos e inúmeros espaços entre a conexão dos nodos 9 e 10, houve a necessidade de fazê-lo cruzar o acesso entre os nós 18 e 25, situação e solução semelhante à apresentada por Thomas Markus “devido a um único gráfico representar três níveis de pisos” (Markus, 1993, p. 133).

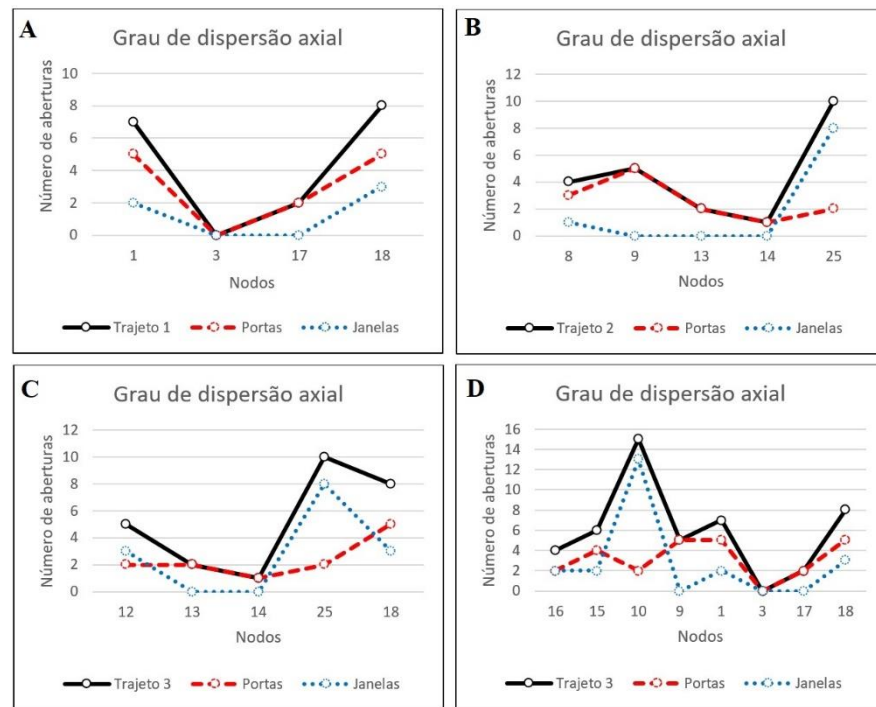


Figura 8. Gráfico de Dispersão Axial. Visibilidades mensuradas a partir de quatro trajetos distintos. A: sala de entrada x sala de jantar; B: loja x cozinha; C: pátio x sala de jantar; D: suposta senzala x sala de jantar. Fonte: Autor, 2023.

Algo perceptível é que na medida em que os trajetos são percorridos, houve supostamente uma tendência ao aumento da visibilidade no nodo de destino, proporcional ao ponto de partida 1, mas superior a partir das entradas alternativas 8 e 12 (Gráficos B e C, Figura 8). Mesmo que diante dos três principais caminhos com destino aos nós 16 e 23 não houvesse necessariamente um aumento do grau de visibilidade, apesar do nível axial reduzir-se proporcionando alguns pontos cegos em ângulos das escadas (3 e 14), quase sempre havia possibilidades de vigiar de relance quando as folhas das janelas estivessem (entre)abertas.

No gráfico D, o acesso da senzala ao espaço de maior convívio familiar (sala de jantar nº 18) obrigaria diretamente a passagem do quintal ao pátio interno murado, local de recato que poderia conceder privacidade aos que desejassem usufruir de momentos de intimidade, mas que em ambos os gráficos (*Gamma* e *Axial*) mostrou-se perante um arranjo não-distributivo (mais recluso aos acessos) e o maior pico na quantidade de janelas direcionadas (Figura 8). Em um sentido oposto, a tranquilidade e a solidão proporcionadas pelo cerco de paredes poderia transformar-se em confinamento e fiscalização às mulheres e filhos “cujos momentos de lazer e ao ar livre eram, às vezes, controlados por seus familiares” (Algranti, 1997, p. 97).

Cômodos sob os números 1 (sala de entrada, 7 aberturas), 2 (loja, 7 aberturas), 10 (pátio interno, 15 aberturas), 18 (sala de jantar, 8 aberturas), 19 (sala de jantar, 12 aberturas), 22 (salão, 7 aberturas) e 25 (área de serviços, 10 aberturas) concentraram as maiores porcentagens referentes ao total de mais de 70 vãos (janelas, portas e alçapões) distribuídos, compartilhados, direcionados e em torno da estrutura do casarão. Já o quintal enquanto local de trabalho, território de domesticidade familiar, de introspecção, de demandas de abastecimento (cultivo de legumes, frutas, ervas, vegetais e criação de pequenos animais) e do comércio de excedentes, de atividades lúdicas e de usos que remontavam ao Oeste da África (Ferguson, 1992, p. 128;

Slenes, 2011, p. 177; Meneses, 2015, p. 70-72, 77), recebia indiretamente as faces de cerca de 7 janelas de folhas de abrir do sobrado direcionadas e sobre si¹⁵.

Ao mesmo tempo que estes podem ser pensados como cômodos mais suscetíveis à vigilância e à observação de 360° devido aos seus potenciais axiais (Markus, 1993), simultaneamente, foram espaços de maiores probabilidades de serem promovidos a pontos de vigilância tanto internos quanto ao ambiente externo e sua dinâmica, representada pelas festividades, cortejos e marchas que cruzavam a Rua Direita em direção à Matriz e por um comércio noturno de capim para cavalos realizado no Largo das Dores por cativos que viviam a jornal (Rezende, 1987, p. 47-48)¹⁶.

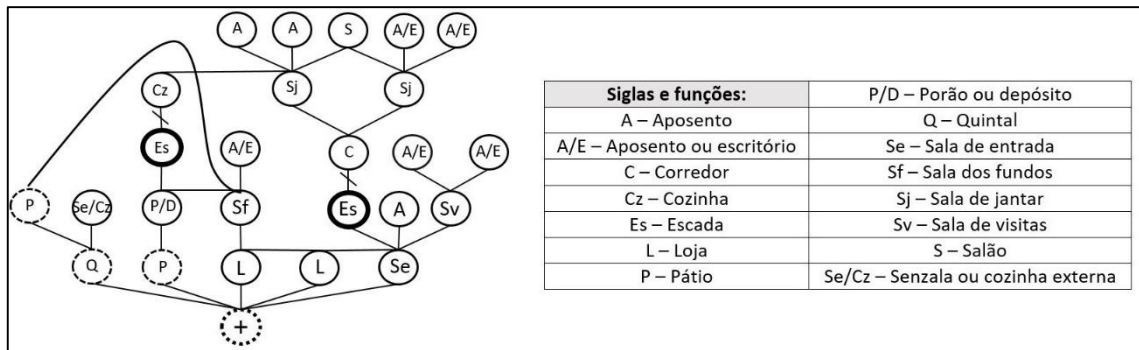


Figura 9. Gráfico Gamma composto de siglas e legenda referente aos possíveis usos dos cômodos do solar e à especialização da espacialidade entre meados das décadas de 1860-1870. Fonte: Autor, 2023.

Considerando que o sujeito que exerce poder sobre a espacialidade visivelmente está nas pontas das “árvores” *Gamma* (Markus, 1993, p. 16), devido à proximidade entre as salas de refeições, todos os leitos e o salão, supõe-se que a partir de pontos de vigilâncias multissensoriais, Marianna e Francisco poderiam estrategicamente supervisionar a circulação de quem cruzasse os espaços de transição (corredor e escada), de quem acessasse ou se retirasse dos aposentos e, gerenciar os afazeres na residência e a preparação de refeições na cozinha próxima à sala de jantar familiar.

Saliento que os proprietários escravistas costumavam estrategicamente encarregar cativos domésticos de maior confiança à supervisão de tarefas em setores mais subalternos, tratando-os com distinção, portanto, a “*mucama*” Maria enquanto “*governanta*” e acompanhante aos serviços pessoais (Costa, 1989, p. 65-66; Alencastro, 1997, p. 63; Karasch, 2000, p. 286-189; Santos, 2010, p. 97), poderia subverter e (re)apropriar em dados momentos destes mesmos postos de vigilância utilizados por Vilhena e Ferreira Lopes, usufruindo-os a sua maneira e em seu favor para observar os passos dos sujeitos livres da casa e os afazeres de cativas encarregadas de outros ofícios.

¹⁵ Rezende destaca uma outra memória sua, desta vez, relacionada ao registro um tanto incomum dos usos do quintal. Segundo o memorialista, pela falta de espaço da sala, um grande jantar ou banquete fora oferecido no quintal de uma casa da Rua Direita, com fundos vizinhos ao sobrado de seu avô (Rezende, 1987, p. 71).

¹⁶ Se considerarmos que os percursos traçados pelas festividades, as procissões, as marchas, os cortejos e os suplícios produziam, organizavam e ordenavam o perímetro urbano, legitimando a monarquia vigente nas mais longínquas terras (Cruz, 2016, p. 87-90; Klink, 2023, p. 100-101), a Rua Direita de Campanha – enquanto passagem obrigatória destes movimentos e encenações –, tornava o Solar dos Ferreiras um ponto estratégico e privilegiado no oitocentos, assim, a partir das sacadas como camarotes, seus ocupantes viam e eram vistos, reforçando suas posições sociais em uma das mais movimentadas vias.

Se as habilidades de ver por um espaço dependem de “eixos visuais” (Markus, 1993, p. 14), a julgar pela ocorrência das janelas embutidas nas salas de jantar do piso nobre, suas propriedades “axiais” proporcionariam principalmente ao espreitador olhares ao pátio interno inferior, a ângulos da área de serviços e à provável senzala externa no quintal. A depender do momento do dia, haveria a possibilidade de oportunizar a estas áreas uma tecnologia visual pautada na vigilância oculta nos reflexos dos raios solares sobre as vidraças das janelas, dificultando, ainda que não propositalmente, entradas/saídas despercebidas do sobrado (Lima, 2011; Foucault, 2014).

Seja em termos de acessibilidade ou de alcance, a cozinha e os aposentos se caracterizaram como as células mais segregadas e profundas da estrutura. O exílio espacial e as lacunas na vigilância deste recinto de serviços e de preparo alimentar poderiam ter favorecido e oportunizado justamente táticas de circulação entre trocas sorrateiras de pavimentos em direção à Rua Direita e formas de contestar e de se opor ao tratamento provindo da situação de escravidão, como o controle subversivo sobre o que poderia ser inserido em meio à dieta alimentar senhorial ou mesmo a fuga (Karasch, 2000, p. 417-418, 435). Como notei em um anúncio publicado em um jornal tipografado em Campanha, um cativo “*crioulo*” de nome João com “*bom principio de carpinteiro*” pode ter se apropriado exatamente destas categorias de brechas, pontos cegos e *timing* para oportunizar sua fuga de uma propriedade de Ferreira Lopes na década de 1850, presumivelmente seu solar (A Nova Província, 1855, p. 4)¹⁷.

Trancafiados à noite ou não, a localização dos compartimentos conjugados somada à aparente facilidade de evasão a partir de uma possível abertura inserida no amplo quintal do lote e o muro que o individualizava e o segregava do pátio interno do solar, abrem margens para duas considerações e hipóteses: 1) a impossibilidade e inexistência de uma “domesticação total” e do controle senhorial, reproduzidos em grande parte da historiografia quase como uma onipresença e 2) a falta de interesse à repressão de fugas e maiores autonomias no trânsito urbano e a permissão de ampliação das mobilidades espaciais destes escravizados mais velhos restantes ou seus descendentes entre as décadas de 1860 e 1870, seja para a retirada de água nas fontes, para a aquisição de mantimentos nos comércios, para a lavagem de roupas, aos encontros e festejos juntos das irmandades católicas locais, etc.

Ao menos com as portas fechadas, a privacidade visual e sonora proposta a ângulos de alguns cômodos (porão, cozinha e os alojamentos no quintal) e a idade avançada em que foram localizados na documentação, é viável presumir que o casal de escravizados que restaram em posse de membros da família e seus descendentes já hipoteticamente livres (caso houvesse) poderiam ter tecido maiores controles e autonomias em relação aos recursos (econômicos, sociais e culturais), às companhias, ao suplemento, preparo e horários de suas dietas e sobre a implementação de projetos próprios, consequências principalmente das negociações por melhores condições de moradia, da união conjugal e do desenvolvimento familiar já avistados na listagem nominativa produzida no início da década de 1830 (Slenes, 2011, p. 167, 199)¹⁸.

As brechas ópticas ocasionadas pelo distanciamento social e arquitetônico entre os espaços de moradas os tornariam mais prováveis de serem promovidos aos domínios de prosperidade das já mencionadas transcrições ocultas/escondidas, como: organizações e encontros restritos, a reprodução de esquemas mentais reprimidos, a troca e o fortalecimento de práticas culturais e afetivas e expressões corporais e verbais derivadas de matrizes

¹⁷ A Nova Província, 1855, n. 40, Campanha/MG. Disponível em: <<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=816493&pesq=carpinteiro&pagfis=122>>. [cons. 07 ago. 23]

¹⁸ Lista Nominativa da Vila de Campanha da Princesa, 1831. Disponibilizado na plataforma Poplin – Minas 1830. Disponível em: <<http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>>. [cons. 27 jul. 23]

africanas e afro-brasileiras direcionadas a um público seletivo. Portanto, tratam-se de traços que foram violentamente impactados e fragmentados pelo tráfico e transplantados através das memórias e criativamente “reconfigurados” sob condições compulsórias a partir da criação de instituições, vantagens psicológicas e emocionais como as interações sociais (cultos, amizades, matrimônio, etc.) (Mintz & Price, 2003, p. 19, 38, 43; Wilkie & Farnsworth, 2005, p. 6; Santos, 2010, p. 18, 22; Slenes, 2011, p. 157)¹⁹.

Mesmo a partir das minuciosas investigações às fotografias, à documentação e aos demais remanescentes das ruínas do Solar, ainda é possível somente divagar acerca de como as ontologias e os referenciais envolvidos no “morar negro” sob os olhares do sobrado se ampararam no cotidiano material. Preferências e conexões afetivas e solidárias com as raízes e com as heranças ancestrais afro-centradas que poderiam não ter sido notadas justamente por não serem bem vistas aos padrões, valores e esquemas mentais da sociedade nobiliárquica mineira, pautada sobre a civilização e a elegância pela aquisição de importantes bens de diferenciações como os consumidos na corte fluminense e na Europa.

Estas praxes, discursos ancestrais e mecanismos de contestação e reação seriam vitais às negociações diárias da realidade e na contribuição da delimitação, no pertencimento e na significação dos recintos de “espaços” a níveis de “lugares”. Como agenciadoras de memórias, poderiam ter estado presentes nas proximidades corporais-sensoriais com o solo, nas gramáticas culinárias e nas práticas medicinais e devocionais que também penetravam as casas senhoriais, na proximidade com o refúgio e sua reciclagem, na confecção de objetos e na inserção de sistemas figurativos cosmológicos nos corpos destes materiais e na expertise sobre as soluções extraídas criativamente dos aspectos menos duradouros das matérias-primas dos cativeiros que facilitariam a manutenção, como o equilíbrio entre a dispersão de calor entre os cômodos durante as noites mais frias típicas do Sul de Minas e o arejamento em dias mais quentes (Ferguson, 1992, p. 132-133; Souza, 2000, p. 133; Slenes, 2011, p. 170, 176, 200, 256).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Poder, visibilidade, salubridade e isolamento estão entre os fundamentos e as principais intenções que pairam sobre as relações e usos da camada senhorial aos vãos domésticos. Assim como a estrutura ao fundo no quintal aparenta ter vínculos arquitetônicos com moradias da Costa africana, a aparente existência de ao menos três janelas em sua fachada podem indicar a uma absorção de elementos não condizentes inicialmente com seus referências, mas que teriam sido incorporados às necessidades à medida que se tornavam mais familiares a africanos e a seus descendentes, que já cresciam em meio ao mobiliário de jacarandá, aos talheres de prata sobre as mesas e sob os forros do tipo “saia e camisa”. Um contraponto com a afirmação de Slenes ao dizer que “[...] o liberto preferia viver sem janelas porque se havia habituado à escravidão” (Slenes, 2011, p. 169).

Assim, o presente artigo versou indiretamente sobre a temática de uma “outra escravidão”, termo que Souza empregou para descrever como diferentes formas menos brutais, fixas ou alternativas de dominação

¹⁹ Rezende recordou que os negros encontravam-se ao ar livre nos subúrbios da região de Campanha para o jongo: “[...] uma dança em que ninguém fica parado; porque nela todos se conservam de pé e em círculo a cantar e a sapatear, enquanto no centro há sempre um dançador que faz mil momices e requebrados até que vai tirar outro ou outra para vir para o centro repetir a mesma coisa; e isto, por assim dizer, sem cessar; e muitas vezes durante um dia e uma noite inteira. Para esta dança eles quase não se servem de outro instrumento músico, além do caxambú de que em algumas partes a dança tomou o nome; e que é uma espécie de barril afunilado que tem a boca coberta com um couro onde eles batem com as duas mãos” (Rezende, 1987, p. 196).

garantiram a manutenção e a perpetuação da escravidão no antigo Engenho de São Joaquim/GO (Souza, 2007). Além da presença de dezenas de janelas e portas sugerirem mais claramente uma violência pautada na axialidade sobre os acessos a alguns dos cômodos no solar de esquina, a especialização e a demarcação hierárquica entre o posicionamento dos âmbitos expressos pelo gráfico *gamma* ilustraram o desejo à separação entre o programa de necessidades (comerciais, as zonas de receber e as áreas de convívios nucleares), como uma segregação espacial e naturalização dos recursos de transições e visuais às adjacências de serviços e aos alojamentos de alguns dos escravizados e/ou de seus descendentes já livres.

Mas, de modo distinto à tipologia de senzala “pavilhão” revestida de pedra deparada por Lima *et al.* (1993) e à escassez de material escavado na Fazenda São Fernando/RJ indicando entre as hipóteses dos autores, a alta intensidade de mecanismos de controle mais rígidos, foi possível interpretar que o aspecto arquitetônico da senzala “compartimento” fotografada no quintal da propriedade de Francisco de Paula entre as vias citadinas de Campanha/MG na década de 1870 remetia a estes cativos domésticos já idosos que aguardavam suas alforrias, à conquista de autonomias mais veladas sobre as privacidades e ao controle mais delimitado sobre as maneiras de realizar alguns dos rituais diários próprios.

Cabe declarar que a própria aprovação de membros da família dos Ferreiras e Vilhenas ao desenvolvimento familiar cativo poderia ter agido como uma medida para se exercer o controle social, dispondo a abertura de lacunas a ameaças de separação dos membros da família caso não houvesse obediência (Bergad, 2007, p. 170; Klink, 2023, p. 157).

Por fim, chamo a atenção a um último detalhe. Se há semelhanças bases nas matérias-primas, nas alturas do pés direitos, na dimensão dos compartimentos e na escassa presença de janelas nas arquiteturas entre as senzalas na América portuguesa e nas tradicionais habitações das regiões ocidentais e centrais africanas, para além de meros conjuntos de coincidências, teriam sido inicialmente maneiras de conter escravizados em espaços que deveriam conceder conforto afetivo a eles pela familiaridade tipológica e estética? Ou seja, uma estratégia de domesticação de alguns dos estímulos que lançaria mão do interesse na otimização e na cooperação das tarefas e trabalhos compulsórios pelos negros. Hipótese que poderá ser aprofundada a partir do emprego de novas análises e investigações sistemáticas a outras unidades domésticas com indícios de senzalas nos quintais.

REFERÊNCIAS

- Agostini, C. (2013). À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 7(1), 75-105.
- Algranti, L. M. (1997). Famílias e vida doméstica. Em Novais, F. A., & Souza, L. de M. (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (pp. 83-154). São Paulo: Companhia das Letras.
- Alencastro, L. F. de (1997). Vida Privada e Ordem Privada no Império. Em Novais, F. A., & Souza, L. de M. (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa* (pp. 11-93). São Paulo: Companhia das Letras.
- Bailey, D. W. (1990). The Living House: Signifying Continuity. Em Samson, R. (Ed.). *The Social Archaeology of Houses* (pp. 19-48). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Bergad, L. W. (2007). *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blanton, R. (1994). *Houses and Households: A Comparative Study*. New York: Springer.

JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)

- Costa, A. de L. R. da (1989). *Ekabó: trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Cruz, C. F. (2016). *Cidade Difusa: a construção do território na Vila da Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DeCerteau, M. (1990). *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Delle, J. (1998). *An Archaeology of Social Space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press.
- Ferguson, L. G. (1992). *Uncommon Ground: archaeology and early african America, 1650-1800*. Washington: Smithsonian Institution.
- Foucault, M. (1981). *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Madrid: Alianza Editorial.
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 42ª edição, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Gordenstein, S. L. (2016). Planting Axé in the City: Urban Terreiros and Growth of Candomblé in Late Nineteenth-Century Salvador, Bahia, Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5(2), 71-101.
- Hillier, B., & Hanson, J. (1984). *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Iepha (1996). *Relatório de Vistoria*. Belo Horizonte.
- Jorge, L. A. (1995). *O Desenho da Janela*. São Paulo: ANNABLUME.
- Karasch, M. C. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Klink, L. L. V. (2021). *Hábitos de consumo, socialização e cultura material em Campanha-MG (1830-1870): análise das tessituras de poder e variação de bens a partir de uma unidade doméstica*. Campanha: Universidade do Estado de Minas Gerais.
- Klink, L. L. V. (2023). *O que a Arquitetura Mascara? Uma Arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Belo Horizonte.
- Lima, T. A., Bruno, M. C., & Fonseca, M. (1993). Sintomas do Modo de Vida Burguês no Vale do Paraíba, século XIX: A Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, 1, 170-206.
- Lima, T. A. (1995). Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, 3(1), 129-191.
- Lima, T. A. (2011). Keeping a Tight Lid: The Architecture and Landscape design of coffee Plantations in Nineteenth-Century Rio de Janeiro, Brazil. *Review (Fernand Braudel Center)*, 34(1-2), 193-215.
- Lima, T. A. (2023). Práticas espirituais esquecidas: memória para a resistência das religiões afro-brasileiras. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 17(2), 127-150.
- Lody, R. (1992). *Tem dendê, tem axé: uma etnografia do dendezeiro*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Markus, T. A. (1993). *Buildings and Power: freedom and control in the origin of modern buildings types*. London: Routledge.
- Meneses, J. N. C. (2015). Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais do Museu Paulista*, 23(2), 69-92.
- Mintz, S. W., & Price, R. (2003). *O Nascimento da Cultura Afro-Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes.

- Mosterman, A. C. (2021). *Spaces of Enslavement: a history of slavery and resistance in Dutch New York*. Ithaca: Cornell University Press.
- Moura, C. E. M. (2012). *A Travessia da Calunga Grande: Três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Orser, C., & Funari, P. P. (2004). Arqueologia da Resistência Escrava. *Cadernos do LEPAARQ*, 1(2), 11-25.
- Pallasmaa, J. (2012). *Os Olhos da Pele: a arquitetura e os sentidos*. Porto Alegre: Bookman.
- Perrot, M. (2009). A Família Triunfante. Em Perrot, M. (Org.). *História da Vida Privada, 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (pp. 79-90). 1ª edição. São Paulo: Companhia de Bolso.
- Reis, J. J. (1986). *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Rezende, F. de P. F. de (1987). *Minhas Recordações*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Santos, Y. L. dos (2010). *Além da Senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Hucitec, Fapesp.
- Scott, J. C. (1990). *Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts*. New haven: Yale University.
- Segaud, M. (2016). *Antropologia do Espaço: habitar, fundar, distribuir, transformar*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.
- Slenes, R. W. (2011). *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. 2ª edição. Campinas: Editora da Unicamp.
- Souza, M. A. T. de (2000). *Ouro Fino: Arqueologia história de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia.
- Souza, M. A. T. de (2007). *Uma outra escravidão: a paisagem social no engenho de São Joaquim, Goiás*. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(1), 59-92.
- Stein, S. J. (1990). *Vassouras um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Symanski, L. C. P. (2007). O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos Engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(2), 7-36.
- Symanski, L. C. P., & Gomes, F. dos S. (2019). Rebeliões, ferreiros e cultura material: transcrições escondidas e a materialidade da resistência nas fazendas de café do Vale do Paraíba. Em Santos, V. S., Symanski, L. C. P., & Holl, A. (Orgs.). *Arqueologia e história da cultura material na África e na Diáspora Africana* (pp. 261-292). Curitiba: Brazil Publishing.
- Taunay, C. A. (1839). *Manual do Agricultor Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp.
- Thompson, R. F. (1983). *Flash of the Spirit: african and afro-american art and philosophy*. New York: Random House.
- Tilley, C. (2014). Do corpo ao lugar à paisagem uma perspectiva fenomenológica. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 8(1), 24-62.
- Veiga, B. S. da (1874). *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro.
- Wilkie, L. A., & Farnsworth, P. (2005). *Sampling many pots: na archaeology of memory and tradition at a Bahamian plantation*. Florida: The University Press of Florida.
- Zarankin, A. (1999). Casa tomada: sistema, poder y vivienda domestica. Em Zarankin, A., & Acuto, F. A. (Orgs.). *Sed non Satiata: Teoria Social en la Arqueologia Latinoamericana Contemporanea*. Vol. 1 (pp. 239-272). 1ª edição. Buenos Aires: Del Tridente.
- Zarankin, A. (2001). *Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista, o caso de Buenos Aires*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

JANELAS ABERTAS, PORTAS FECHADAS:
TECNOLOGIAS VISUAIS, CONTROLE SOCIAL E CIRCULAÇÕES NO ANTIGO SOLAR DOS FERREIRAS,
CAMPANHA/MG (SÉCULO XIX)